

RAQUEL DE AZEVEDO

ANÁLISE DOS CICLOS DA ECONOMIA BRASILEIRA EM  
*FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL* DE CELSO FURTADO  
A PARTIR DOS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO DE MARX

Recebido em 24/04/2024

Aprovado em 23/09/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1130

# ANÁLISE DOS CICLOS DA ECONOMIA BRASILEIRA EM *FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL* DE CELSO FURTADO A PARTIR DOS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO DE MARX

## Resumo

Através da análise dos ciclos da economia brasileira em *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, vemos que a articulação entre os setores de produção de meios de produção e de produção de meios de consumo ocorre de forma invertida na ex-colônia se comparada com o percurso que caracteriza o desenvolvimento capitalista europeu. A industrialização brasileira se caracteriza antes pelo surgimento de um setor de meios de consumo, induzido pela expansão do setor exportador e pela transição do escravismo ao assalariamento na segunda metade do século XIX, e somente sob condições específicas de restrição às importações, pela incorporação do setor de meios de produção a partir da década de 1930. Este artigo busca mapear a evolução da relação entre os setores de produção na economia brasileira desde o início da etapa colonial até a década de 1930 a partir das formulações de Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, ressaltando a inversão em relação ao caso europeu.

**Palavras-chave:** *Formação Econômica do Brasil*; setores de produção; inversão; escravismo; assalariamento

## RAQUEL DE AZEVEDO

Professora do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

Email: [raquelazevedo@gmail.com](mailto:raquelazevedo@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7373-3104>

## Abstract

Through the analysis of the cycles of the Brazilian economy in *Formação Econômica do Brasil*, by Celso Furtado, we note that the link between the sectors of production of means of production and production of means of consumption occurs in an inverted form compared to the path that characterizes European capitalist development. Brazilian industrialization is characterized rather by the emergence of a sector of production of means of consumption, induced by the expansion of the export sector and the transition from slavery to wage-earning in the second half of the 19th century, and only under specific conditions of restriction on imports, by the incorporation of the sector of production of means of production from the 1930s. This article aims to map the evolution of the relation between production sectors in the Brazilian economy from the beginning of the colonial stage until the 1930s based on Furtado's formulations in *Formação Econômica do Brasil*, highlighting the inversion in relation to the European case.

**Keywords:** *Formação Econômica do Brasil*; sectors of production; inversion; slavery; wage-earning

## I. As três inversões da economia brasileira e os esquemas de reprodução de Marx

Tão logo a ocupação do território americano deixa de ser um simples episódio da expansão comercial europeia, para mencionar o célebre ponto de partida de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, e a produção colonial assentada no escravismo assume traços próprios, há pelo menos três inversões em relação ao desenvolvimento capitalista europeu que passam a caracterizar a formação brasileira. A primeira delas diz respeito à classe que lidera o processo revolucionário de constituição de um Estado nacional no Brasil. Não é o protecionismo de Alexander Hamilton que guia os proprietários rurais brasileiros na fase derradeira da etapa colonial, pois o conteúdo econômico do fim dos laços com a metrópole não é a defesa de uma manufatura incipiente (inviabilizada em razão das consequências além-mar do Tratado de Methuen, segundo Furtado<sup>1</sup>), mas o fim do

---

<sup>1</sup> “Se bem que a renda média da economia mineira haja sido mais baixa do que aquela que conheceu a região do açúcar, seu mercado apresentava potencialidades muito maiores. Suas dimensões absolutas eram superiores, pois as importações representavam menor proporção do dispêndio total. Por outro lado — e isso constitui o aspecto principal do problema —, a renda estava muito menos concentrada, porquanto a proporção da população livre era muito maior. A composição da procura teria que ser necessariamente diversa, ocupando um espaço muito mais significativo os bens de consumo corrente e ocorrendo o contrário aos artigos de luxo. Demais, a população, se bem que dispersa num território extenso, estava em grande parte reunida em grupos urbanos e semiurbanos. Por último, a grande distância existente entre a região mineira e os portos contribuía para encarecer relativamente os artigos importados. Esse conjunto de circunstâncias tornava a região mineira muito mais propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno do que havia sido até então a região açucareira. Contudo, o desenvolvimento endógeno — isto é, com base no seu próprio mercado — da região mineira foi praticamente nulo. É fácil compreender que a atividade mineradora haja absorvido todos os recursos disponíveis na etapa inicial. É menos fácil explicar, entretanto, que, uma vez estabelecidos os centros urbanos, não se tenham desenvolvido suficientemente atividades manufatureiras de grau inferior, as quais poderiam expandir-se na etapa subsequente de dificuldades de importação. Tem-se buscado explicação para esse fato na política portuguesa, cuja preocupação era dificultar o desenvolvimento manufatureiro da colônia. Entretanto, o decreto de 1785 proibindo qualquer atividade manufatureira não parece haver suscitado grande reação, sendo mais ou menos evidente que o desenvolvimento manufatureiro havia sido praticamente nulo em todo o período anterior de prosperidade e decadência da economia mineira. A causa principal possivelmente foi a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável. O pequeno desenvolvimento manufatureiro que tivera Portugal em fins do século anterior resulta de uma política ativa que compreendia a importação de mão de obra especializada. O acordo de 1703 com a Inglaterra (Tratado de Methuen) destruiu esse começo de indústria e foi de consequências profundas tanto para Portugal como para sua colônia. Houvessem chegado ao Brasil imigrantes com alguma experiência manufatureira, e o mais provável é que as iniciativas surgissem no momento adequado, desenvolvendo-se uma capacidade de organização e técnica que a colônia não chegou a conhecer.” (Furtado, 2007, p. 125-126)

monopólio de comércio imposto por Portugal. Em lugar de uma burguesia amparada pelas ideias iluministas, que dita os rumos dos processos revolucionários de formação dos Estados nacionais na Inglaterra e na França, é a expulsão da burguesia comercial portuguesa pelos proprietários rurais brasileiros que marca o fim do regime colonial e a consolidação de um Estado nacional independente.

A segunda inversão aparece na formação de um mercado de trabalho na economia brasileira, tão logo a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, põe um fim definitivo ao tráfico externo de escravizados no território brasileiro. Nos quatro capítulos de *Formação Econômica do Brasil* dedicados ao “problema da mão de obra”, a transição do escravismo para o assalariamento é descrita como uma combinação entre a corrente migratória de trabalhadores europeus, cujo propósito era atender às necessidades de expansão da economia cafeeira; ex-escravizados, cuja subsistência ajuda a regular o valor rebaixado da força de trabalho assalariada; e um contingente de trabalhadores supérfluos vinculados à economia de subsistência, que, de acordo com Furtado, permitiu que tal expansão se desse sem um aumento de salários e, portanto, sem pressão aos lucros do capital cafeeiro. São as três modalidades de trabalhadores – divididas entre os efetivamente ocupados e os subocupados – que formam o mercado de trabalho brasileiro na segunda metade do século XIX. Mas a população trabalhadora supérflua brasileira não provém, como é o caso das economias europeias, do fato de que o capital se reproduz com diminuição relativa do capital variável, e sim do processo que Furtado denominou de involução econômica. Nele, o setor de subsistência, de menor produtividade, se expande quando há um recuo do setor exportador, de maior rentabilidade, em virtude da queda dos preços internacionais do produto exportado. Nesse sentido, a superpopulação relativa brasileira se origina do crescimento de um setor de baixa produtividade. Na economia colonial, a população supérflua não se forma em razão do aumento da produtividade, mas de sua redução.

Por fim, a terceira inversão pode ser observada no modo como os setores de produção de meios de produção e de meios de consumo se articulam a partir da transição do escravismo para o assalariamento na economia brasileira. Marx descreve a relação entre os setores de produção no Livro II d'*O Capital* para indicar que é a combinação entre o consumo produtivo (isto é, a compra de meios de produção e de força de trabalho adicionais) e o consumo privado de capitalistas e trabalhadores (ou seja, o consumo improdutivo que realizam da mais-valia e o consumo dos salários, respectivamente) que explica a reprodução do capital total de uma economia. O setor de produção de meios de produção se destina à produção de máquinas, equipamentos, insumos e matérias-primas que entram no consumo produtivo e o setor de produção de meios de consumo, à produção de mercadorias que se destinam ao consumo privado de capitalistas e trabalhadores. O valor do produto obtido em cada um dos setores se divide em duas partes, de acordo com o critério de transferência de valor: o capital constante consumido na produção, que apenas transfere valor ao produto final, e o valor acrescido pelos trabalhadores, que se decompõe na reposição do capital variável e na mais-valia. “Assim, o valor da totalidade do produto anual de cada seção [...] se reduz a  $c+v+m$ ” (Marx, 2008, p. 449), em que  $c$  é capital constante,  $v$  é capital variável e  $m$  é a mais-valia.

Embora o valor da produção de cada setor pareça apresentar uma autonomia relativa, há uma condição de equilíbrio entre os setores que indica que há entre eles um entrelaçamento necessário a nível da totalidade. Tal condição de equilíbrio é dada pelas trocas intersetoriais, ou seja, a totalidade dos gastos de trabalhadores e capitalistas do setor de produção de meios de produção em meios de consumo necessários e de luxo deve ser equivalente às necessidades de reposição do capital constante do setor de produção de meios de consumo. Ao retratar a reprodução ampliada do capital na economia inglesa, Marx argumenta que a utilização de parte da mais-valia na formação de capital adicional se inicia no setor de produção de meios de produção e, em razão da condição de equilíbrio entre os setores, o setor de produção de meios de consumo responde ao consumo adicional de renda

por parte de trabalhadores e capitalistas do setor de produção de meios de produção com formação de capital adicional. Não é esse, porém, o percurso da economia brasileira. Na descrição furtadiana dos ciclos econômicos, da etapa colonial à transformação que se passa na década de 1930, é antes o setor de produção de meios de consumo que se estabelece e se expande e somente então, sob circunstâncias específicas, o setor de meios de produção é incorporado.

Os traços do escravismo colonial são como um espelho côncavo que nos entrega uma imagem invertida<sup>2</sup> do desenvolvimento capitalista na Europa. É o caso da formação do Estado nacional, do mercado de trabalho e da relação entre os setores de produção. Neste trabalho, buscamos analisar mais especificamente a terceira inversão acima mencionada. A partir das características dos ciclos da economia brasileira apresentados por Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, a tarefa é redefinir a relação entre os setores de produção desde a periferia do desenvolvimento capitalista, isto é, assumindo que a expansão do setor de produção de meios de consumo é seu ponto de partida. Para tanto, apresentaremos a interpretação furtadiana a respeito da formação de um mercado interno na economia brasileira através dos esquemas de reprodução de Marx. Na segunda seção deste artigo, trataremos dos ciclos da economia colonial e na terceira, da economia cafeeira ao deslocamento do centro dinâmico.

---

<sup>2</sup> Para Marx, a inversão é a operação lógica a partir da qual a relação capitalista se apresenta. É o caso do fetiche da mercadoria e do capital, em que as propriedades sociais do trabalho aparecem como propriedades das coisas. No último capítulo do Livro I d'O *Capital*, "A teoria moderna da colonização", Marx argumenta que a recriação do trabalho assalariado por parte dos colonizadores ingleses nas colônias de povoamento do norte dos EUA exige que os representantes da Economia Política admitam uma inversão dos postulados que aplicavam à Inglaterra. No território americano, já não lhes era possível afirmar, como faziam em relação ao desenvolvimento capitalista inglês, que propriedade e trabalho formavam uma identidade. Na colônia, era preciso restringir o acesso aos meios de realização de trabalho para que a força de trabalho se apresentasse como mercadoria disponível. Ou seja, nas colônias é incontestável que os trabalhadores produzem a propriedade de outro e a sua não-propriedade. A formação colonial indica, porém, outras inversões, como as mencionadas na introdução deste artigo. Mas por que a periferia é um espaço privilegiado da inversão enquanto forma de apresentação da relação capitalista? Ao contrário do que imaginava Thomas More com sua *Utopia*, a ocupação do território americano não seria o espaço de negação da propriedade e do dinheiro, mas de sua recriação.

## **2. Da economia açucareira à atividade mineradora: caracterização dos setores de produção na etapa colonial**

Ao descrever a natureza do fluxo de renda na economia açucareira, Furtado argumenta que o escravismo colonial cria quase uma identidade entre as receitas das exportações do açúcar no mercado internacional e os dispêndios em importações. Afinal, a reposição dos equipamentos do engenho e da mão de obra escravizada, bem como o consumo de gêneros de luxo por parte dos senhores, exigiam uma reversão quase integral da renda gerada na produção açucareira em importações. Não fossem os gastos com o transporte e o armazenamento do açúcar, com a compra de gado e lenha enquanto insumos de força motriz nos engenhos e com os pagamentos de salários aos trabalhadores especializados dos engenhos – gastos que, nas estimativas de Furtado, não ultrapassavam 10% da renda gerada pela economia açucareira –, a identidade entre as receitas de exportações e as despesas com importações seria completa. Mas essa identidade só se integraliza se consideramos a hipótese de Furtado de que uma parte significativa da renda também se destinava a remunerar os capitais europeus responsáveis pela instalação dos engenhos no território brasileiro e pelo comércio do açúcar na Europa. Somente com a dedução da renda de não-residentes, como Furtado sugere chamar a remuneração dos capitais europeus, é que se pode dizer que a renda sobrente se converte nas importações que atendiam ao consumo produtivo e privado dos senhores de engenho. Ou seja, é a combinação entre a remuneração dos capitais europeus e as demais importações que forma uma identidade com os valores das exportações. E essa é, para Furtado, uma das características fundamentais de uma economia colonial e escravista: quase a totalidade da renda se converte em pagamentos feitos no exterior:

Como os fatores de produção em sua quase totalidade pertenciam ao empresário, a renda monetária gerada no processo produtivo revertia em sua quase totalidade às mãos desse empresário. Essa renda – a totalidade dos pagamentos a fatores de produção mais os gastos de reposição do equipamento e dos escravos importados – expressava-se no valor das exportações. É fácil compreender que, se a quase totalidade da renda

monetária estava dada pelo valor das exportações, a quase totalidade do dispêndio monetário teria de expressar-se no valor das importações. A diferença entre o dispêndio total monetário e o valor das importações traduziria o movimento de reservas monetárias e a entrada líquida de capitais, além do serviço financeiro daqueles fatores de produção de propriedade de pessoas não residentes na colônia. O fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior. (Furtado, 2007, p. 87)

Considerando que durante o auge da produção açucareira no Brasil – entre a divisão do território brasileiro nas 12 capitanias em 1532 e o início da concorrência holandesa na Antilhas em meados do século XVII – o açúcar era um meio de consumo de luxo entre os europeus, poderíamos reescrever o fluxo de renda externo gerado pela economia açucareira através da relação entre os setores de produção, conforme o esquema apresentado na Tabela 1. A atividade nos engenhos de açúcar pode ser concebida como representante do setor de produção de meios de consumo. Trata-se, porém, de um setor inteiramente voltado para o mercado externo. Por outro lado, não há nenhum sinal de um setor de produção de meios de produção interno à economia brasileira que forneça máquinas e equipamentos para a produção açucareira. Tal função é desempenhada pelas economias europeias.

Tampouco há assalariamento na produção açucareira. Salvo um ínfimo contingente de trabalhadores especializados, a mão de obra era predominantemente escravizada. Isso significa que o capital variável do setor de produção de meios de consumo deve ser interpretado como compra do plantel de escravizados no tráfico na costa do continente africano, acrescida dos gastos indiretos com a subsistência dessa mão de obra. Para mantermos a designação de capital variável como componente do setor de produção de meios de consumo, poderíamos dizer que o uso da mão de obra escravizada na etapa colonial significa que a rotação da força de trabalho se confunde com o próprio período médio de vida dos escravizados. Dado o regime de trabalho compulsório, não há, obviamente, pagamentos feitos ao próprio trabalhador, mas ao traficante. E o senhor de engenho só volta a

desembolsar novo montante para mobilizar novo contingente de trabalhadores quando se esgota a vida útil do escravizado. Com isso, poderíamos dizer que os escravizados são comumente associados ao capital fixo dos engenhos porque a rotação de sua força de trabalho é equivalente à duração de sua própria vida. Como veremos, uma das formas de definir a transição do escravismo para o assalariamento nas ex-colônias ao longo do século XIX é através da diminuição do tempo de rotação da força de trabalho. No engenho, a subsistência dos escravizados é suprida ou por gastos indiretos (não envolvem fluxos monetários) por parte do senhor ao ceder parte da jornada de trabalho e do espaço da fazenda para que o escravizado se dedique aos cultivos e atividades imprescindíveis à sua reprodução enquanto força de trabalho, ou pela pecuária de baixa produtividade que se desenvolve nas franjas do setor exportador (que, na descrição de Furtado, gera um fluxo monetário insignificante durante a economia açucareira).

**Tabela 1 – Relação entre os setores de produção na economia açucareira entre 1532 (divisão do território brasileiro nas 12 capitanias) e 1654 (expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro)**

Economia açucareira	
Setor de produção de meios de produção: $S_1 : c_1 + v_1 + m_1$	Setor de produção de meios de consumo: $S_2 : c_2 + v_2 + m_2$
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não há fornecimento interno de máquinas, equipamentos e matérias-primas para o setor de produção de meios de consumo;</li> <li>- É um setor presente apenas nas economias europeias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O açúcar é o principal representante. É um setor voltado para o mercado externo;</li> <li>- A reposição dos equipamentos do engenho e da mão de obra escravizada, bem como o consumo dos senhores, constituem gastos em importação;</li> <li>- Parte do valor excedente é remetido ao exterior na forma de renda dos capitais associados ao financiamento da instalação dos engenhos e ao comércio do açúcar;</li> <li>- A subsistência da mão de obra escravizada empregada nos engenhos é garantida pelos gastos indiretos dos senhores no interior do engenho e pela pecuária de baixa produtividade que se desenvolve nas franjas do engenho.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Diante da decadência da economia açucareira a partir do início da concorrência holandesa nas Antilhas, uma das medidas da Coroa portuguesa para recuperar a rentabilidade gerada pela colônia foi o financiamento das bandeiras paulistas para que, além da caça aos indígenas sertão adentro, se destinassem à busca por metais preciosos. Dos primeiros achados significativos na região de Sabará na virada do século XVII para o século XVIII, as lavras de ouro se estenderam pelo restante do estado de Minas Gerais, pelo sul da Bahia, por Goiás e Mato Grosso. O fato é que a economia mineradora impõe algumas modificações na relação até então vigente entre os setores de produção. A atividade mineradora é, antes de mais nada, um representante do setor de produção de meios de produção, tal como indicado na Tabela 2. Dado que a maior parte do ouro brasileiro era de aluvião, Furtado argumenta que a incerteza quanto ao tamanho e à qualidade das jazidas exigia que o capital fixo aplicado nas atividades de extração fosse relativamente menor do que aquele mobilizado na produção de açúcar. Isso permitia que as atividades de extração pudessem se deslocar com mais facilidade. O que não se altera em relação à economia açucareira, porém, é que a reposição de equipamentos da lavra e de mão de obra escravizada, bem como o consumo privado dos proprietários das minas, se convertem em gastos de importação. A parte restante dos lucros da atividade mineradora é remetida ao exterior através das diferentes modalidades de tributos criadas por Portugal: o quinto, dedução de 20% de todo ouro que passava pelas Casas de Fundição; a capitação, um tributo fixo que recaía sobre cada trabalhador escravizado empregado nas minas; e a derrama, método pelo qual a Coroa portuguesa obrigava a população a completar a quota anual mínima que o quinto deveria atingir.

O transporte do ouro do interior do país para os portos e a subsistência da mão de obra escravizada empregada na atividade mineradora, por sua vez, dependiam do gado fornecido pela pecuária do interior do Nordeste e da região sul. O ciclo do ouro não apenas integrou as diferentes regiões do território brasileiro, como afirma Furtado, mas permitiu que surgisse uma

conexão entre os setores de produção na economia brasileira, ainda que se trate de uma conexão essencialmente fraca, pois a atividade mineradora estava inteiramente voltada para o mercado externo.

Se se considera em conjunto a procura de gado para corte e de muaras para transporte, a economia mineira constituiu, no século XVIII, um mercado de proporções superiores ao que havia propiciado a economia açucareira em sua etapa de máxima prosperidade. Destarte, os benefícios que dela se irradiam para toda a região criatória do sul são substancialmente maiores do que os que recebeu o sertão nordestino. A região rio-grandense, onde a criação de mulas se desenvolveu em grande escala, foi, dessa forma, integrada no conjunto da economia brasileira. Cada ano subiam do Rio Grande do Sul dezenas de milhares de mulas, as quais constituíam a principal fonte de renda da região. Esses animais se concentravam na região de São Paulo, onde, em grandes feiras, eram distribuídos aos compradores que provinham de diferentes regiões. Desse modo, a economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulassem as diferentes regiões do sul do país. [...] Por um lado, [a economia mineira] elevou substancialmente a rentabilidade da atividade pecuária, induzindo a uma utilização mais ampla das terras e do rebanho. Por outro, fez interdependentes as diferentes regiões, especializadas umas na criação, outras na engorda e distribuição, e outras constituindo os principais mercados consumidores. É um equívoco supor que foi a criação que uniu essas regiões. Quem as uniu foi a procura de gado que se irradiava do centro dinâmico constituído pela economia mineira. (Furtado, 2007, p. 122-123)

**Tabela 2 – Relação entre os setores de produção na economia mineradora entre 1700 e 1775**

<b>Economia mineradora</b>	
Setor de produção de meios de produção: $S_1 : c_1 + v_1 + m_1$	Setor de produção de meios de consumo: $S_2 : c_2 + v_2 + m_2$
<ul style="list-style-type: none"> <li>- A lavra de ouro é o principal representante. É um setor voltado para o mercado externo;</li> <li>- Não há fornecimento interno de máquinas, equipamentos e matérias-primas para o setor de produção de meios de produção;</li> <li>- A reposição dos equipamentos da lavra e da mão de obra escravizada, bem como o consumo dos proprietários das minas, constituem gastos em importação;</li> <li>- Parte do valor excedente da atividade mineradora é remetida ao exterior através das diferentes modalidades de tributos criadas por Portugal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A pecuária de baixa produtividade do interior do Nordeste e da região sul do país fornece os meios de consumo para a mão de obra escravizada empregada na lavra.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria, 2024

A etapa colonial se encerra sem que se constitua uma integração efetiva entre os setores de produção na economia brasileira. A produção açucareira e a atividade mineradora estão inteiramente voltadas para fora: a primeira não fornece elementos de subsistência para a segunda e tampouco a segunda fornece meios de produção para a primeira. É com a economia cafeeira que se desfaz a identidade entre receitas de exportação e dispêndios em importação e se altera a condição de integração entre os setores.

### **3. Da expansão cafeeira à industrialização por substituição de importações: a articulação invertida dos setores de produção**

O primeiro cenário da produção de café no Brasil é o Vale do Paraíba. Na primeira metade do século XIX, a produção se estende do sul do Rio de Janeiro ao norte de São Paulo, alcançando Minas Gerais e Espírito Santo. O emprego da mão de obra escravizada subutilizada desde a desagregação do

ciclo do ouro no último quarto do século XVIII e a proximidade do porto do Rio de Janeiro favorecem a região, mas o esgotamento dos solos decorrente de seu uso predatório abrevia essa primeira fase da economia cafeeira. “Esses terrenos de forte declives onde se plantaram os cafezais não suportarão por muito tempo o efeito do desnudamento de florestas derrubadas e da exposição do solo desprotegido à ação das intempéries” (Prado Júnior, 2008, p. 162). Com isso, explica Caio Prado Júnior, em *História Econômica do Brasil*, “o trabalho da erosão foi rápido” (Prado Júnior), 2008, p. 162). A segunda etapa da expansão cafeeira se dá em direção ao oeste paulista. O impasse da distância em relação ao porto de Santos é suprimido pela construção de uma malha ferroviária que ligava o litoral à capital paulista e a capital ao interior. Quanto à escassez de mão de obra diante do fim do tráfico de escravizados com a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, a combinação entre a corrente migratória dos trabalhadores europeus e o contingente de trabalhadores supérfluos vinculados à economia de subsistência consolida o assalariamento na economia cafeeira.

A produção de café é um representante do setor de produção de meios de consumo, como vemos na Tabela 3. Embora Furtado argumente que o grau de capitalização e os custos de reposição do capital constante sejam relativamente menores que os da economia açucareira, boa parte dos equipamentos para o beneficiamento do café e o consumo privado dos cafeicultores seguem atendidos por meio de importações. O que muda com o pagamento de salários aos trabalhadores do setor exportador é que parte das receitas de exportações permanece dentro da economia brasileira. O consumo privado dos trabalhadores assalariados estimula o surgimento e a consolidação de um mercado interno. Por sua vez, a formação de uma demanda interna incentiva a emergência de novos representantes do setor de produção de meios de consumo, especialmente nos ramos têxtil e de alimentos. Ainda que de dimensões significativamente inferiores às do café, os novos ramos se destinam a atender o consumo interno.

Dizíamos que é possível interpretar a transição do escravismo para o assalariamento como uma redução do tempo de rotação da força de trabalho. Se no

escravismo a rotação da força de trabalho se confunde com a própria duração média de vida da mão de obra escravizada, o assalariamento exige que os gastos indiretos do proprietário rural com a subsistência do escravizado se convertam em pagamentos periódicos de salário. A transição do escravismo para o assalariamento exige, portanto, que os meios de consumo necessários, como os designa Marx por oposição aos meios de consumo de luxo, estejam disponíveis, a preços baixos, no mercado, razão pela qual o assalariamento é inseparável de uma expansão do setor de meios de consumo.

Vale ressaltar que a mudança de postura da Inglaterra em relação ao tráfico de escravizados na virada do século XVIII para o século XIX está na origem da consolidação do assalariamento no Brasil. Foi a pressão diplomática e militar da Inglaterra, ao longo da primeira metade do século XIX, pelo fim do tráfico no território brasileiro que elevou os custos de transporte dos escravizados e encareceu significativamente os gastos com a compra do plantel. Faltaria, porém, elucidar por que a Inglaterra se torna a primeira metrópole a proibir o tráfico de escravizados em suas colônias, em 1807, e a reprimir ativamente o tráfico no maior país escravista do continente. Assim como a consolidação do assalariamento na economia brasileira corresponde a uma ampliação do setor de meios de consumo, a expansão do assalariamento na transição para o capitalismo industrial, no início do século XIX, exige condições ampliadas de reposição do capital constante e do capital variável nos países europeus. O barateamento das matérias-primas e dos elementos em que são consumidos os salários, impasse que se torna incontornável com o fim da Lei dos Cereais na Inglaterra em 1846<sup>3</sup>, encontra no escravismo um empecilho econômico ao aumento da produtividade e uma ameaça política de revolução dos escravizados, como ocorrida no Haiti entre 1791 e 1804.

---

<sup>3</sup> “Durante toda a primeira metade do século, a agricultura inglesa continuou a gozar de proteção eficaz através do mecanismo da tarifa móvel, que permitia elevar automaticamente a barreira alfandegária toda vez que os preços internacionais descessem abaixo de certa cota crítica. A resistência teve, entretanto, que ir cedendo em face do poder crescente da burguesia industrial, e, entre 1846 e 1849, a Inglaterra eliminou as barreiras ao comércio exterior, sem esperar reciprocidade dos demais países. A vitória total das ideias livre-cambistas encerrou, de alguma forma, a primeira fase da Revolução Industrial, durante a qual se criou e consolidou na Inglaterra o núcleo propulsor que levaria, na segunda metade do século, à formação de um sistema de divisão internacional do trabalho de âmbito mundial. (Furtado, 2019, p. 108-109)

**Tabela 3 – Relação entre os setores de produção na economia cafeeira entre 1847 (início dos contratos diretos entre fazendeiros e trabalhadores europeus) e a crise de 1929**

<b>Economia cafeeira</b>	
Setor de produção de meios de produção: $S_1 : c_1 + v_1 + m_1$	Setor de produção de meios de consumo: $S_2 : c_2 + v_2 + m_2$
- Não há fornecimento interno de equipamentos para o beneficiamento do café.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O café é o principal representante. É um setor voltado para o mercado externo. Os ramos têxtil e de alimentos, embora de dimensões menores, atendem parte das necessidades de consumo dos trabalhadores assalariados do setor exportador. Outra parte dos salários é consumida em meios de consumo importados;</li> <li>- A reposição dos equipamentos para o beneficiamento do café e o consumo dos fazendeiros constituem gastos em importação;</li> <li>- Parte do valor excedente é remetido aos credores privados internacionais que financiavam as medidas de defesa do setor cafeeiro;</li> <li>- A consolidação do assalariamento na economia cafeeira significa uma redução no tempo de rotação da força de trabalho.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria, 2024

A partir da década de 1880 começam a surgir os primeiros sinais de excesso de oferta de café na economia brasileira. A repercussão no preço internacional é imediata, visto que as fazendas brasileiras eram responsáveis pela maior parte da produção mundial. Para Furtado, a superprodução se deve à inexistência de restrições à expansão cafeeira sob condições de preço e demanda internacionais favoráveis. “Dadas a relativa elasticidade da oferta de mão de obra e a abundância de terras, essa expansão pode seguir adiante sem encontrar obstáculos por parte dos salários ou da renda da terra” (Furtado, 2007, p. 220). Considerando que o assalariamento dissolve a identidade entre receitas de exportações e gastos em importações, o excesso de oferta de café se converte em um desequilíbrio permanente das contas externas, pois embora

o valor das exportações se reduza imediatamente com a queda do preço do café no mercado internacional, as importações custam a ceder em razão do efeito multiplicador decorrente da formação de um mercado interno.

Nos primeiros anos da República, a ausência de um impulso endógeno à economia brasileira que atenuasse o déficit no balanço de pagamentos animava o discurso papelista, cujos fundamentos eram a crítica à conversibilidade ao ouro e a defesa do aumento do meio circulante para reverter o estado de recessão em que a economia brasileira havia sido lançada nos últimos anos do Império em virtude da exportação de reservas metálicas para fazer frente ao desequilíbrio externo. Em *Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil*, Pedro Fonseca explica que a maior preocupação dos papelistas – de Barão de Mauá, mais moderado, a Rui Barbosa, mais radical – era com o nível de atividade econômica. A pergunta a respeito do “nível de oferta monetária mais condizente com o ânimo dos negócios” (Fonseca, 2012, p. 35) constitui um episódio inaugural na economia brasileira: pela primeira vez o Estado se vale de uma ferramenta de política econômica para consecução de um efeito anticíclico<sup>4</sup>.

A partir de 1906, com o Convênio de Taubaté, os governadores dos principais estados produtores de café passam a enfrentar o excesso de oferta através da formação de estoques do produto. Embora Furtado tivesse clareza de que as medidas de defesa do setor cafeeiro através da política de formação

---

<sup>4</sup> Essa relação entre atividade econômica e quantidade de meio circulante está também na origem da formação do Partido do Povo (*People's Party*) nos Estados Unidos. Leonardo Moraes explica que o populismo norte-americano estendia suas críticas à conversibilidade em ouro à defesa do bimetalismo: “A situação econômica dos arrendatários-proletários rurais piorava à medida que a crise do mercado mundial, posteriormente conhecida como *Longa Depressão*, desde meados da década de 1870, se aprofundava. Pânicos financeiros, em 1873 e entre 1883 e 1887, somavam-se aos questionamentos dos fazendeiros quanto ao preço dos fretes cobrados pelas ferrovias e à desmonetização da prata, no bojo de afirmação do padrão-ouro como sistema monetário dominante (Markham, 2000, vol. I, p. 293-309; Eichengreen, 2008, p. 12). Com a queda nos preços internacionais, intensificação da mecanização produtiva e desmonetização de prata dos *greenbacks*, piorava a situação econômica dos pequenos fazendeiros, arrendatários-proletários rurais e demais assalariados. Pois, por um lado, aumentava o exército industrial de reserva de modo a pressionar para baixo os rendimentos e, por outro, ao manter constante a base monetária em meio a uma explosão demográfica diminuía os rendimentos das colheitas, sendo que os custos hipotecários se mantinham nominalmente fixos. ‘É por isso que muito da fala de movimentos de fazendeiros naqueles dias tinha que ver com a colocação de mais dinheiro em circulação [...]’ (Zinn, 1980, p. 278, tradução própria).” (Moraes, 2018, p. 50-51)

de estoques eram altamente concentradoras de renda, de que significavam, na verdade, socialização das perdas que deveriam se circunscrever aos lucros dos fazendeiros, a manutenção do nível das exportações também significava a defesa do nível de atividade econômica no país:

Qualquer que fosse a redução no preço internacional do café, sempre era vantajoso, do ponto de vista do conjunto da coletividade, manter o nível das exportações. Defendia-se, assim, o nível de emprego dentro do país e limitavam-se os efeitos secundários da crise. Sem embargo, para que esse objetivo fosse alcançado era necessário que o impacto da crise não se concentrasse nos lucros dos empresários, pois do contrário parte destes últimos seria forçada a paralisar suas atividades por impossibilidade financeira de enfrentar maiores reduções em suas receitas. (Furtado, 2007, p. 240)

Vale ressaltar, no entanto, a advertência de Caio Prado Júnior de que a política de valorização do café através da formação de estoques corresponde ao momento de consolidação do domínio do capital estrangeiro na economia brasileira, visto que eram os empréstimos externos que financiavam a compra da produção excedente. “Os interesses financeiros envolvidos na operação venciam assim a partida. E serão eles, muito mais que os produtores em cujo nome se agira, que colherão seus melhores frutos” (Prado Júnior, 2008, p. 232). O fato é que a combinação entre as restrições externas provocadas pela crise de 1929 e a manutenção da demanda interna aquecida em razão da política de formação de estoques produz, ao longo da década de 1930, a transformação radical que orienta os escritos de Furtado. De um lado, a formação e a queima dos estoques de café conservam a atividade econômica no setor exportador e, portanto, segundo Furtado, a demanda no mercado interno. De outro, diante da crise, as divisas geradas pelas exportações se tornam insuficientes para cobrir as importações induzidas pela renda criada pela própria política de defesa do setor cafeeiro. Furtado se pergunta que destino tomaria essa renda que, devendo ser despendida no exterior em importações, ficava represada no país.

Ora, a consequência é um alargamento do setor de produção de meios de consumo que atenda às necessidades de consumo de um mercado interno

aquecido. Embora tal aumento da produção tenha exigido inicialmente apenas um melhor aproveitamento da própria capacidade instalada no país, não tardaria para que essa expansão exigisse o acesso ao fornecimento de máquinas, equipamentos, matérias-primas e insumos adicionais. Em um cenário de restrição de importações, a expansão do setor de produção de meios de consumo criou as condições para a incorporação (ainda que em dimensão limitada e com relevante participação de capital estrangeiro) de um setor de produção de meios de produção no país. Há, pela primeira vez, um laço estreito entre setores de produção na economia brasileira, como vemos na Tabela 4. O setor de produção de meios de produção fornece máquinas, equipamentos, matérias-primas e insumos para o setor de produção de meios de consumo e o setor de produção de meios de consumo fornece os meios de consumo necessários e de luxo para o consumo privado de trabalhadores e capitalistas de ambos os setores.

Em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado classifica a industrialização brasileira em duas grandes fases: a primeira se estende de meados do século XIX (a partir dos efeitos da proibição do tráfico de escravizados na formação de uma mão de obra assalariada) até a crise de 1929, e se caracteriza por ser induzida pela expansão do setor exportador; a segunda, movida pela substituição de importações, se inicia a partir da década de 1930 e “se define como sendo o aumento da participação da produção industrial destinada ao mercado interno no produto interno bruto em condições de declínio da participação das importações no produto” (Furtado, 2019, p. 206). A divisão em duas etapas não significa que o processo de industrialização tenha sido linear, como explica Maria da Conceição Tavares, em *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*<sup>5</sup>, mas explicita que a articulação entre os setores de produção se inicia pela expansão do setor de produção de meios

---

<sup>5</sup> “[P]odemos concluir que, nas condições do modelo de substituição de importações, é praticamente impossível que o processo de industrialização se dê da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo dos bens de consumo menos elaborados e progredindo lentamente até atingir os bens de capital. É necessário (para usar uma linguagem figurada) que o “edifício” seja construído em vários andares simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um dele de período para período”. (Tavares, 1975, p. 46)

de consumo e não pelo setor de produção de meios de produção, como no desenvolvimento capitalista nos países centrais.

**Tabela 4 – Relação entre os setores de produção a partir da década de 1930**

<b>Década de 1930</b>	
Setor de produção de meios de produção: $S_I : c_I + v_I + m_I$	Setor de produção de meios de consumo: $S_2 : c_2 + v_2 + m_2$
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em um cenário de restrição externa, a expansão do setor de produção de meios de consumo criou as condições para a incorporação de um setor de produção de meios de produção no país;</li> <li>- O setor de produção de meios de produção fornece máquinas, equipamentos, matérias-primas e insumos para o setor de produção de meios de consumo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Há uma expansão do setor de meios de consumo para atender um mercado interno aquecido diante da restrição externa imposta pela crise de 1929;</li> <li>- O setor de produção de meios de consumo fornece os meios de consumo necessários e de luxo para o consumo privado de trabalhadores e capitalistas de ambos os setores;</li> <li>- O enganche entre os setores se inicia pela expansão do setor de produção de meios de consumo.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria, 2024

Para Furtado, os efeitos da articulação invertida entre os setores de produção aparecem na inadequação da estrutura da oferta interna a uma demanda interna que já não pode se converter em importações. O desajuste é especialmente flagrante na inelasticidade da produção agrícola e nos limites da infraestrutura de transportes e financeira diante da incorporação de um setor de produção de meios de produção a partir da década de 1930. De acordo com a condição de equilíbrio entre os setores de produção ajustada ao caso brasileiro, à formação de capital adicional no setor de produção de meios de consumo corresponde a incorporação e a formação de capital adicional no setor de produção de meios de produção. A consequência é que, por um lado, o consumo privado adicional de trabalhadores e capitalistas no setor de produção de meios de produção (bem como no setor de produção

de meios de consumo) exige um aumento da oferta de alimentos, além de novas estruturas de transporte e de financiamento não mais exclusivamente adaptadas a produtos homogêneos de exportação, mas a uma produção diversa e descentralizada de meios de consumo. De outro, ao Estado brasileiro cabe a tarefa de criar novas formas de financiamento que viabilizem a incorporação do setor de produção de meios de produção.

Na Tabela 5, apresentamos a condição de equilíbrio entre os setores de produção própria à industrialização brasileira considerando os entraves à articulação invertida entre os setores de produção apontados por Furtado, por oposição à forma esquemática com que poderíamos descrever a condição de equilíbrio entre os setores de produção no desenvolvimento capitalista nos países centrais. Nestes, a formação de capital adicional no setor de produção de meios de produção corresponde, por um lado, um esforço de barateamento das compras adicionais de meios de consumo, tanto de matérias-primas que entram na produção de meios de consumo quanto de alimentos, e, de outro, a exportação de capital para a periferia, seja de capital industrial (associado à infraestrutura de transporte e à produção de meios de produção), seja de empréstimos.

**Tabela 5 – Condição de equilíbrio entre os setores de produção ajustada ao caso brasileiro**

	<b>Condição de equilíbrio entre os setores de produção</b>	
	<b>Desenvolvimento capitalista nos países centrais</b>	<b>Industrialização brasileira</b>
<b>Ponto de partida da reprodução ampliada</b>	Reprodução ampliada no setor de produção de meios de produção: $S_1 : \Delta c_1 + \Delta v_1 + \Delta m_1$  Barateamento da produção de meios de consumo através do comércio exterior: $S_2 : \Delta c_2 + \Delta v_2 + \Delta m_2$	Reprodução ampliada no setor de produção de meios de consumo: $S_2 : \Delta c_2 + \Delta v_2 + \Delta m_2$  Incorporação do setor de produção de meios de produção: $S_1 : \Delta c_1 + \Delta v_1 + \Delta m_1$
<b>Limites da reprodução ampliada</b>	- Barateamento da produção de meios de consumo e exportação de capital.	- Inelasticidade da produção agrícola e inadequação da infraestrutura de transportes e financeira.

Fonte: Elaboração própria, 2024

#### 4. Considerações finais

Percorremos a saga furtadiana da formação de um mercado interno e do deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira, valendo-nos dos esquemas de reprodução de Marx. A articulação interna dos setores de produção gestada pelas transformações do setor externo sugere, por fim, uma curiosa analogia com a formação da literatura nacional. Em *Comunidades imaginadas*, Benedict Anderson argumenta que quando os modos de representação da simultaneidade se tornam um problema secular, não são as escrituras sagradas (em que a simultaneidade aparece como força alheia ao leitor, resultado da providência divina<sup>6</sup>), mas o romance moderno que passa a representar num mesmo plano dois acontecimentos distintos. Anderson explica que a representação da simultaneidade se dá a ver em um enredo simples qualquer, “em que um homem (A) tem uma esposa (B) e uma amante (C), que por sua vez tem um amante (D)” (Anderson, 2008, p. 55). Para o leitor, os personagens aparecem coligados em uma estrutura temporal, mesmo que não se conheçam entre si. Aí está uma “analogia exata da ideia de nação” (Anderson, 2008, p. 56), defende Anderson.

Vejamos como isso se conecta com o que vimos até aqui. O conto de Machado de Assis chamado *O espelho*, publicado em 1882, contém uma estrutura de simultaneidade que é a própria definição do problema da formação de uma economia nacional em uma sociedade com passado colonial: estão articuladas, em um mesmo plano, uma alma externa cambiante a uma alma interna por fazer. Na escrita de Machado, a herança colonial parece significar que a incorporação de um impulso endógeno ao desenvolvimento é uma

---

<sup>6</sup> “Quando, por exemplo, um acontecimento como o do sacrifício de Isaac é interpretado como uma prefiguração do sacrifício de Cristo, de maneira que no primeiro, por assim dizer, anuncia-se e promete-se o segundo, e o segundo ‘cumpre’ o primeiro [...] cria-se uma relação entre dois acontecimentos que não estão unidos nem temporal, nem causalmente – uma relação impossível de ser estabelecida de forma racional e numa dimensão horizontal [...]. Só é possível estabelecer esta relação quando se unem os dois acontecimentos, verticalmente, com a providência divina, que é a única que pode planejar a história desta maneira, e a única que pode fornecer a chave para a sua compreensão. [...] o aqui e agora não é mais elo de uma corrente terrena, mas é, simultaneamente, algo que sempre foi e algo que se consumará no futuro. E, a bem dizer, aos olhos de Deus é algo eterno, de todos os tempos, já consumado no fragmentário acontecer terreno”. (Auerbach *apud* Anderson, 2008, p. 53-54)

luta inextinguível entre duas almas, uma externa e outra interna. É assim que o personagem Jacobina descreve o problema:

“Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro... Espantem-se à vontade, podem ficar de boca aberta, dar de ombros, tudo; não admito réplica. Se me replicarem, acabo o charuto e vou dormir. A alma exterior pode ser um espírito, um fluido, um homem, muitos homens, um objeto, uma operação. Há casos, por exemplo, em que um simples botão de camisa é a alma exterior de uma pessoa; – e assim também a polca, o voltarete, um livro, uma máquina, um par de botas, uma cavatina, um tambor, etc. Está claro que o ofício dessa segunda alma é transmitir a vida, como a primeira; as duas completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja. Quem perde uma das metades, perde naturalmente metade da existência; e casos há, não raros, em que a perda da alma exterior implica a da existência inteira. [...] Agora, é preciso saber que a alma exterior não é sempre a mesma... [...] Há cavalheiros, por exemplo, cuja alma exterior, nos primeiros anos, foi um chocalho ou um cavalinho de pau, e mais tarde uma provedoria de irmandade, suponhamos. Pela minha parte, conheço uma senhora, – na verdade, gentilíssima, – que muda de alma exterior cinco, seis vezes por ano. Durante a estação lírica é a ópera; cessando a estação, a alma exterior substitui-se por outra: um concerto, um baile do Cassino, a rua do Ouvidor, Petrópolis... [...] Essa senhora é parenta do diabo, e tem o mesmo nome; chama-se Legião...”. (Assis, 1955, p. 259-260)

É possível supor que Furtado concordaria com Machado a respeito da mutabilidade da alma externa. Os diferentes ciclos da economia brasileira apresentados em *Formação Econômica do Brasil* indicam mutações do papel do setor exportador na economia brasileira, desde o estímulo ao setor de subsistência na etapa colonial, passando pela consolidação do assalariamento e do mercado interno na expansão cafeeira e pela incorporação do setor de produção de meios de produção na década de 1930. Quanto à alma interna, o que vemos é uma imagem invertida em relação ao desenvolvimento capitalista europeu, seja na formação do Estado nacional, na formação de um mercado de trabalho ou no estabelecimento de uma relação efetiva entre os setores de produção.

## Referências

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ASSIS, M. de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1955.
- CARDOSO, C. F. S.; BRIGNOLI, H. P. *História econômica da América Latina*. Tradução: Fernando Antonio Faria. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Orgs.). *A Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- FONSECA, P. C. D. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FURTADO, C. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LÊNIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público*. Tradução: Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2021.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 3.
- MORAES, L. S. *Populismo, política econômica e crises na América Latina*. Tese - Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, Porto Alegre, 2018.
- PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- TAVARES, M. da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre Economia Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.